O livro é resultado de pesquisa realizada durante estágio de pós-doutorado na Universidade de Coimbra e propõe uma leitura da correspondência entre António Nobre e Alberto de Oliveira, enfatizando características e peculiaridades da relação afetiva de amizade entre os dois poetas. A perspectiva adotada é a do comparatismo. A proposta se reveste de provocação instigante pois demonstra particularidades do afeto que envolve os dois poetas em sua amizade permeada de fantasias e recalcamento, em sua maior parte, de ordem sociocultural. A pesquisa parte da "provocação" causada por um conto de Mário Cláudio que serve de bússola para o desenvolvimento da hipótese: o caráter homoerótico da relação de amizade entre Alberto e António. O intuito da provocação procede dadas as fronteiras teórico-metodológicas desenhadas pela Psicanálise, pela Teoria da Literatura e pela Filosofia, em suas linhas gerais.

José Luiz Foureaux De Souza Júnior.

AS CARTAS NÃO MENTEM

JOSÉ LUIZ FOUREAUX DE SOUZA JÚNIOR
AGRADECIMENTOS

Agradecer pode ser apenas o cumprimento de um protocolo, mas também é, de fato, uma arte. Aqui, as duas funções se misturam e se contaminam, sem se sobrepor uma à outra. A ordem dos agradecimentos, então, não representa o grau de importância da colaboração recebida em qualquer de suas instâncias durante e para a realização deste trabalho. Talvez fosse o caso de dizer que se trata apenas de organização. Que sejam, então, feitos os agradecimentos:

– à Professora Doutora Ana Paula dos Santos Duarte Arnaut que, antes de mais nada, aceitou supervisionar minhas atividades no âmbito do estágio sênior, em nível de pós-doutoramento – origem da tese que se apresenta agora como livro –, com generosidade, disponibilidade e amizade: repetição trina de um sufixo que faz rima à sua querida e admirada pessoa;

– ao Departamento de Letras, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto, pelo acolhimento e aprovação de meu pedido de afastamento durante um ano para a realização do estágio sênior, em nível de pós-doutoramento, que resultou neste trabalho;

– à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, da Universidade Federal de Ouro Preto, pela tramitação do processo de afastamento e sua posterior aprovação junto aos órgãos superiores da Universidade;
– à CAPES, pela concessão de três meses de bolsa;
– ao Paulinho, agente de viagens e meu amigo particular, pela paciência;
– ao Professor Doutor Gerson Luiz Roani, ex-aluno, colega e amigo dileto, pela amizade, incentivo, apoio, conselhos e dicas;
– à Cida, também ex-aluna, colega e amiga dileta, que me colocou em contato com Fernando Arede, responsável por minha moradia em Coimbra;
– ao Professor Albano Figueiredo, pela receptividade e generosa disponibilidade na acolhida à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
– À Senhora Susete Araújo, Técnica Superior da Administração da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo apoio administrativo e pelos papos em momentos mais difíceis;
– a todos os funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, nomeadamente, Helena Quaresma, Carla Ferreira, Maria da Luz Jorge, Maria do Carmo Ferreira Dias e Jorge Resende; pela atenção, disponibilidade e paciência com meus constantes pedidos;
– ao Pedro e ao Fausto, da cantina da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo generoso ato de “servir” e pelas risadas;
– à Paulinha e seu marido, Manuel, pela carinhosa acolhida aos domingos, no almoço sempre delicioso e aconchegante, na “Tasquinha da Paulita”;
– ao Fernando Arede e ao Álvaro, pelo aluguel do apartamento e ao sempre solícito, atento e pronto atendimento;
– ao escritor Mário Cláudio, pela atenção e carinho quando de minha visita à sua residência, regada a boas risadas, mais que excelentes dicas e aos dois livros autografados com que me presenteou;
– ao Lourenço Correia de Matos, genealogista, a mim apresentado pelo amigo comum, Vitor Escudero, pela atenção e disponibilidade das comunicações por correio eletrônico;
– ao amigos Vitor Escudero e Ana Cristina Martins: eles sabem porque;

– às (agora) amigas Aldinida, Maria Regina e Natália (para seguir a ordem alfabética de seus nomes) que, durante a etapa lusitana, deram um toque especial – com humor, carinho, cumplicidade e divertimento – aos dias e às atividades a que me dediquei;

– e last but not least, à minha família, pelo suporte a apoio, e a Deus que me deu saúde para completar mais esta etapa.
À memória de meu pai, José Luiz Foureaux de Souza;
À memória de minha amiga, Maria Luíza Furtado Khal.
Ao descortinar, pelo menos no delírio controlado da ficção, o mundo que rodeia e envolve dois outros poetas portugueses – António Nobre e Aberto de Oliveira – Mário Cláudio escreve um conto que está longe corresponder ipsis literis ao modelo convencional e canonizado de narrativa curta. Ele o faz, utilizando de instrumentos igualmente escritos, as cartas de António Nobre e os relatos biográficos dos dois poetas. Pode-se dizer que – para usar terminologia mais “moderna” – o contista faz aqui uma pirataria. Um exercício de “pilhagem”, quando se “apropria” das cartas e da biografias sem se deixar dominar pelo risco fácil de repetir o que já foi dito. Com o tempo, fica cada vez mais difícil “assustar-se”, ainda que surpreender-se seja sempre uma reação plausível e instigante. Diferentemente das cartas de António Nobre, o tom do texto de Mário Cláudio que, a partir daquele se constrói, está longe de ser um exercício desvalido de queixas, marcado pelo excesso de reticências e de exclamações e dominada por um tom declaradamente “interjeitivo”. Pode-se dizer que no delicado apreço demonstrado pelo narrador, há quase uma frieza objetiva na apresentação de passagens, momentos, sensações, pensamentos:

Entre António e Alberto forma-se a invisível corrente, através da qual transitam crípticas imagens de cumplicidade, e de ternura, que os restantes em absoluto incompreendem, se bem que as deduzam dessa espécie de perturbação que impregna o ar dos sótãos. (CLÁUDIO, 2014, p. 229.)

Descrição (até) poética, é verdade. E já aqui pressente-se, nas entrelinhas do relato do narrador, a referência implícita ao afeto homoerótico explícito e aceito. Essas duas características se referem aos dois protagonistas da relação, seja dito. De fato, no momento em que a história deles acontece, como apresentado no conto, é implícito o pressuposto de que a sodomia e/ou a pederastia é que
eram práticas condenáveis. Na verdade, isso não interessa, dado que a intensidade do afeto em atrito com a moralidade da época imprime à tensão vivenciada pelo afeto partilhado entre os poetas sua marca opressiva. Isso supera qualquer tentativa de suposições redutoras outras, por inúteis. A relação afetiva dos dois está, até prova em contrário, longe disso. De mais a mais, o que menos interessaria é validar ou não esta hipótese, que pouco acrescentaria ao exercício sedutor da leitura. No entanto, negar a plausibilidade do afeto, é erro crasso:

Planeiam distintas coisas em privado desde a travessia do mítico veleiro, capaz de aportar às praias clássicas do golfo de Nápoles, até ao inquebrantável pacto de sangue que enfrente o fatalismo do casamento, ao qual atribuem de resto a virtude de sanear a excessiva carga da atmosfera que respiram. (CLÁUDIO, 2014, p. 230.)

Veja-se como soa simultaneamente ambíguo e delicado dizer que eles procuravam “sanear a excessiva carga da atmosfera que respiram”. A meu ver, mais uma vez, consolida-se o caráter homosocial do pacto que selam, nas diversas formas que vai tomando ao longo da vida dos dois protagonistas do conto. Mas o narrador é um fingidor hábil, por isso há que ter em conta certa indeterminação que acaba por amarrar a escritura de Nobre – dado que as cartas de Alberto de Oliveira em sua praticamente absoluta totalidade, são desconhecidas do público – à escritura de Mário Cláudio, transformando a escrita do conto numa espécie de ficcionalização da biografia ou seu oposto. Essa via de mão dupla já foi apresentada num artigo de Ana Paula Arnaut, inserido nas referências bibliográficas deste trabalho. (ARNAUT, 2005b) Isso depende do desejo do leitor. De fato, o narrador acompanha de perto suas criaturas, desvelando o seu próprio fazer literário que,
como uma espécie de metaficção, inscreveu também a ficção da escrita, como na seguinte passagem:

De Alberto de Oliveira permaneceria o discurso da contenção, e do projecto, tratando das folhas de um volumezinho de versos, fabricadas de papel ridiculamente demolhado em chá, com vista a reproduzirem a aparência, e o toque, das páginas de um velho saltério, e mais as descrições dos encontros providenciais com quanto áulico andasse de roda de El-Rei, a praticar de banalidades numa construção gramatical que se pretendia francesa, esforçando-se por não se distrair de pronunciar pequeno, conforme julgava dever ser, com um i, e acrescentando, «Lá gostei muito dos seus poemas», «Faz-me grande impressão o seu talento», «Venho de folhear uma coisa extraordinária do nosso Sabugosa.» (NOBRE apud CASTILHO, 182, p. 237.)

A referência à poesia de Alberto de Oliveira, em certa medida, corrobora o que antes vinha dito. Além disso, abre a possibilidade de especular sobre a existência das cartas que ele teria escrito em respostas àquelas enviadas por António Nobre. De fato, na edição da correspondência deste, organizada por Guilherme de Castilho, em nota explicativa, comentando a carta de António Nobre, nesta edição, que leva o número 72 (NOBRE, António apud CASTILHO, 1982, p. 186-188) – a famigerada missiva que sela o rompimento da amizade entre os dois e revela o desejo de destruir o “diário” expresso por Nobre –, o editor reproduz uma carta de Aberto de Oliveira. OLIVEIRA apud CASTILHO, 1982, p. 524-525.) O texto das cartas, conforme referência acima, será objeto de análise mais adiante.

Permito-me uma digressão: não seria mais que interessante “descobrir” as demais cartas ou, pelo menos, parte delas? A possibilidade, ainda que virtual, existe. Em várias destas, há indícios disso. Se elas existem, onde estão? Se existem e fosse localizado
seu paradeiro, seria possível consultá-las? Será que o portador deste acervo autorizaria sua publicação, como complemento àquelas escritas pelo António Nobre? Veredas da crítica... De fato, essas dúvidas/possibilidades se fazem plausíveis mesmo com o dado prévio do conhecimento do desejo de Alberto de Oliveira: queimar seus papéis. O que parece ter, de fato, acontecido. De mais a mais, a reprodução das duas cartas faz ressaltar a ambiência homoerótica que escorre do texto de ambas as missivas o que, ao fim e ao cabo, vai ficar como indício, dado que, até prova em contrário, Alberto de Oliveira teve satisfeito seu desejo no que se refere à incineração de seus papéis.

Isto posto, voltando à leitura do conto de Mário Cláudio, percebe-se, ao longo do texto, expressões e palavras utilizadas pelo narrador, que corroboram a perspectiva homoerótica a que se circunscreve a relação afetiva dos dois poetas: “impossível amor”, (p. 227-228); “a ardência do lume que os encadeia”, (p. 229); “os selectivos camaradas”, (p.230); “pungência do sentimento que os une”, (p. 231); “um drama idílico”, (p. 232); “pacto que celebraram”, (p. 233); “ágape de ambrósia evanescente”, (p. 234); “desgrenhados afetos”, (p. 236); entre outras. Em todas elas, percebe-se, claramente, a clave do homoerotismo, transfigurada em metáforas e metonímias que remetem, sempre e cumulativamente, ao contexto da amizade entre os dois poetas. As duas últimas, particularmente, me interessam de perto. Elas me levam a pontuar o suporte conceptual de que me sirvo que, entre outras referências leva a Jurandir Freire Costa, em seu A inocência e o vício.

Para ilustrar o que eu disse no parágrafo anterior, um breve excursus se faz interessante. Considere-se que na Grécia antiga, o relacionamento erótico entre os homens era idealizado na literatura e na arte. Desse modo, é comum encontrar referências à “homossexualidade grega” nos trabalhos que tratam do homossexualismo masculino. Em alguns momentos, Freud fez menção a isso, especu-
lando a respeito das possíveis causas desse tipo de relação ocorrida entre os gregos. No entanto, BREMMER (1995), LIEBERT (1989) e FOUCAULT (1994), entre outros, apontam que aquilo que se passava na antiguidade grega era muito diferente, em função e forma, da chamada homossexualidade moderna. Este afirma que no vocabulário grego não existia um substantivo que designasse especificidades da sexualidade feminina e da masculina. Por extensão de raciocínio, no diapasão do que faz Jurandir Freire Costa, é possível apostar no “homoerotismo” como termo que alarga, e muito, as possibilidades epistemológicas e discursivas da discussão desse tema:

Na Grécia antiga não existiam substantivos correspondentes aos substantivos que, para nós, designam ‘um homossexual’ ou um ‘heterossexual’, de vez que se presumia que virtualmente todos os indivíduos do sexo masculino, em épocas diferentes, expressavam amor e desejo sexual por homens e por mulheres. Á sociedade grega aceitava a alternância de condutas homossexuais e heterossexuais no mesmo indivíduo. (LIEBERT, 1989, p. 165.)

As práticas homoeróticas eram frequentes entre adultos e adolescentes. Com base em informações históricas, há de se considerar que essas práticas faziam parte dos rituais de iniciação dos adolescentes, assim como acontece em diversos outros povos (por exemplo, os Papuas, os taifalis, os macedônios, os albaneses). Para esses povos, “os atos pederastas eram um aspecto estabelecido do caminho de um rapaz rumo à idade adulta” (BREMMER, 1995, p. 20). O vínculo entre a pederastia e o ingresso à vida adulta é comprovado pelo fato de os homens deixarem de exercer o papel passivo nas relações, assim que suas barbas surgissem. STOLLER (1993) relata rituais de iniciação pederástica entre os Sâmbia, uma tribo da Nova Guiné, defendendo também a ideia de que se trata de uma forma de o rapaz se tomar homem. Nessas culturas, portanto, a
masculinidade não é incompatível com as relações homoeróticas. Ao contrário, a masculinidade só é plenamente atingida através destas mesmas relações.

A representação de cenas de relações eróticas entre homens passou a ser comum no século VI a.C. em imagens estampadas em vasos e jarros gregos, que eram utilizados para servir vinho nos banquetes aristocráticos. Nessas cenas, homens mais velhos aparecem oferecendo presentes, conversando ou copulando com rapazes adolescentes. Os presentes oferecidos a estes indicavam as qualidades que o homem desejava que ele possuísse: “um galgo de briga, comportamento guerreiro; uma lebre, velocidade na corrida; e uma lira, qualidades musicais” (BREMMER, 1995, p. 21). Através dessas estampas e de documentos escritos pode-se reconstruir parte da História, possibilitando acesso a informações importantes para o conhecimento de como se davam essas relações. Os estudos históricos evidenciam a existência de normas rígidas que regulamentavam as relações homoeróticas, que eram institucionalizadas. A legislação se ocupava das prescrições e interdições:

(...) as éticas sexuais eram sobretudo referidas aos chamados amores masculinos e tinham como modelo não a conjugalidade, mas as relações pederásticas (...) [estas] monopolizavam o imaginário social antigo, deixando pouco espaço para a tematização do vínculo conjugal (...) a ética grega era primordialmente dirigida ao homem livre (...), discriminava mulheres, crianças, escravos e estrangeiros, voltando-se exclusivamente para os cidadãos livres e iguais diante da cidade”. (COSTA, 1992, p. 78.)

Há que destacar ainda o pensamento de FOUCAULT (1994, p. 44) quando acentua que a apreciação moral, no campo do comportamento sexual, se baseava mais na quantidade do que na natureza dos atos. Para os gregos, a imoralidade estava nos exa-
geros, nas paixões desenfreadas, independentemente de o objeto de amor ser um outro homem ou uma mulher. A virtude estava na temperança. LIEBERT (1989) e BREMMER (1995) levantam alguns aspectos peculiares das relações ocorridas na Grécia clássica, que demonstram diferenças fundamentais entre aquela forma de relação e as que encontramos hoje, mais comumente, na relação erótica entre dois homens. De início, apontam que essas práticas somente eram bem vistas entre um homem adulto (erasta) e um adolescente (eromeno), na faixa etária entre treze e dezessete anos, antes do aparecimento de suas barbas. As amizades eróticas entre homens da mesma idade não eram aceitas. Apenas o homem maduro (uma espécie de mentor) é que manifestava claramente excitação sexual, apesar de o sentimento amoroso poder estar presente em ambos os amantes. (LIEBERT, 1989, p. 168)

Nas imagens estampadas nos vasos, a expressão facial dos rapazes era de quem estava envolvido numa atividade acadêmica. Os dados disponíveis não permitem concluir se o rapaz extraía ou não prazer dessas relações. Para BREMMER (1995, p. 20), o fato de as autoridades espartanas coagirem os rapazes a participarem de rituais pederastas permite supor que nem todos gostassem disso. Raramente havia o caráter de exclusividade no exercício da sexualidade. Apesar da atração exercida pelos rapazes, não deveria haver exclusão total da relação com o sexo oposto. O casamento era incentivado, pois havia necessidade de aumentar a população, já que as comunidades gregas eram muito pequenas.

Em Esparta, uma vez por ano, os homens solteiros desfilavam por uma praça, sendo insultados e escarnecidos publicamente. A despeito disso, os homens casados podiam levar suas próprias vidas e participar intensamente do mundo masculino, sem necessidade de estar frequentemente com suas esposas. (BREMMER, 1995, p. 24) Os papéis desempenhados pelos parceiros eram claramente definidos. O homem adulto desempenhava o papel ativo e o rapaz, o

As formas de contato físico aceitas eram definidas: o mais habitual era a penetração entre as coxas do rapaz. O sexo anal, oral e a masturbação só eram claramente admitidos com aqueles excluídos do poder político, ou seja, os não-cidadãos (mulheres, escravos, estrangeiros e prostitutas). Quanto ao tipo de contato físico ocorrido, pairam dúvidas e controvérsias. Parece claro que, na Grécia, submeter-se à penetração anal ou ao sexo oral era inadmissível para um cidadão, e poderia torná-lo alvo de escárnio público. A submissão do rapaz, que tempos depois se tomaria um aristocrata respeitável, pareceria ser, por isso, pouco provável. No entanto, é pertinente supor que essa prática fizesse parte da iniciação do rapaz, uma vez que o respeito e a submissão aos mais velhos deveriam ser firmados: “demonstração de status e posição social é exatamente o que esperaríamos encontrar em ritos de iniciação. Esses ritos devem socializar o adolescente e mostrar a ele sua (baixa!) posição no mundo dos adultos”. (BREMMER, 1995, p. 25.) Além disso, o fato de essas práticas fazerem parte de grande número de representações pictóricas demonstra que elas faziam parte da constelação de desejos sexuais.

Vê-se, pelo exposto até aqui, o importante papel que era atribuído aos relacionamentos entre os homens, na Grécia antiga, e quanto eram rígidas as normas que os regulamentavam. Esses relacionamentos eram valorizados por força de seu papel de iniciação ao mundo
adulto masculino. Há controvérsias, evidentemente. A diferença entre o “amor grego” e a homossexualidade atual parece clara, uma vez que aquele constituía um meio de promoção do rapaz à elite intelectual e a forma de ele se tomar um adulto completo. Na atualidade, para usar um única palavra: discriminação. Outro fator a ser assinalado é que a sociedade grega esperava de seus cidadãos um comportamento bissexual e não homossexual exclusivo. É digno de nota que em Esparta os homens qualificados que não escolhessem um rapaz como seu amante eram penalizados pelos éforos, que eram as mais elevadas autoridades espartanas:

Não havia ‘homossexuais’, significando homens que eram homossexuais no sentido em que hoje empregamos o termo, e muito menos uma ‘comunidade gay’. Mais importante ainda, mantinha-se pela força a distinção entre a forma aceitável de desejo e de conduta homossexuais e o que era inaceitável – a saber, o que, na cultura grega, era considerado comportamento sexual feminino’. Se a conduta se confinasse a esses limites prescritos, não havia conflito aparente entre a identidade masculina de gênero e ser eroticamente atraído por outro homem” (...).

Na antiga Roma, de forma semelhante ao que ocorria na Grécia, os relacionamentos homoeróticos eram bem tolerados, desde que ocorressem entre homens bissexuais e jovens não-cidadãos, sendo a conduta passiva aceitável apenas para esses últimos, excluídos do exercício do poder. A diferença principal das relações homoeróticas de Roma e da Grécia é que, em Roma, elas constituíam apenas umas das formas de obtenção de prazer e não faziam parte dos processos de educação. (LIEBERT, 1989, p. 168-171.)

À medida que o pensamento cristão passou a exercer influência cada vez maior na cultura ocidental, a tolerância às práticas homoeróticas foi diminuindo progressivamente (a partir do século III d.C.),
passando por períodos de aceitação ambígua, até se configurar em intolerância devastadora na segunda metade do século XII. A partir de então, a Igreja passou a desaprovar oficialmente a homossexualidade, considerando-a uma heresia. Junto com as feiticeiras e os judeus, os homossexuais passaram a ser perseguidos, julgados e condenados à morte. Essa situação perdurou até o declínio da Idade Média, em meados do século XV, quando houve, principalmente na Itália, um ressurgimento da tolerância à homossexualidade, resultado do movimento humanista que tentava uma aproximação entre os ensinamentos cristãos e as obras clássicas. Paralelamente ao Humanismo, desenvolveu-se na Itália o movimento cultural, artístico, literário e filosófico da Renascença, que consistiu no reaparecimento das influências de antigos escritores e filósofos da Grécia e de Roma, influenciando não só as artes, mas as ideias, no campo filosófico.

Através da arte renascentista, observa-se o ressurgimento do culto aos belos corpos masculinos. O mito clássico do rapto de Ganimedes – jovem troiano, amante de Zeus – foi representado em centenas de obras pictóricas, tornando-se uma espécie de metáfora que agenciava certa organização discursiva acerca das práticas homoeróticas. O ideal perseguido, então, era fundir o espiritual com o erótico. Nesse contexto, Ganimedes representava o reino espiritual da alma cristã, que aspirava a ascensão ao êxtase contemplativo, deixando para trás os elementos terrenos e corporais. Tal como Leonardo da Vinci, inspirador de um dos mais importantes trabalhos de Freud sobre a homossexualidade, outros artistas da época (como Giovanni e Miguelângelo) mantinham em tomo de si rapazes imberbes, para os quais serviam de mestres, reproduzindo, em parte, o cenário grego do período clássico. Não se tem informações a respeito da forma como se davam essas relações, na privacidade, mas as amizades íntimas entre um mestre e um discípulo eram frequentes e duradouras.
Liturgia. O embate, já explicitado aqui, entre sexo, sexualidade” e diferença, em certa medida, ilustra bem esse efeito. No fundo, não se trata de eleger Foucault como uma espécie de tábua de salvação. O mais rentável é pensar a partir de sua elaboração do conceito de poder, nas estratégias discursivas que estão por detrás/sob o discurso da teoria. É ao “poder” de submergir nos mais intrincados discursos que me refiro aqui; por isso, a fundamentalidade do pensamento de Foucault.

Mais uma vez, há que se ressaltar que o pensador francês não está lidando, especifica e particularmente, com Literatura. A sua teorização é analítica – a análise de um conceito – mas é também inerentemente especulativa, no sentido de que não há evidência de que se poderia citar para mostrar que essa é a hipótese correta sobre a sexualidade”. Nesses termos, sinto ser possível acompanhar seus passos, rumo a uma definição de linhas mestras para uma Teoria da Literatura, renovada pela perspectiva da sexualidade” e de seus desdobramentos discursivos, explicitados por uma prática crítico-teórica responsável, sensata e provocadora:

Foucault chama essa espécie de investigação de uma crítica “genealógica”: uma exposição de como categorias supostamente básicas, como o “sexo”, são produzidas por práticas discursivas. Essa crítica não tenta nos dizer o que o sexo “realmente” é mas procura mostrar como a noção foi criada. Observe-se também que Foucault aqui não fala absolutamente de Literatura, embora sua teoria tenha provado ser de grande interesse para as pessoas que estudam Literatura. Primeiramente, a Literatura é sobre sexo; a Literatura é um dos lugares onde essa ideia de sexo é construída, onde achamos promovida a ideia de que as identidades mais profundas das pessoas estão ligadas ao tipo de desejo que sentem por um outro ser humano. A explicação de Foucault foi importante para as pessoas que estudam o romance assim como
para aqueles que trabalham na área dos “gay and lesbian studies” e do gênero em geral. Foucault foi especialmente influente como o inventor de novos objetos históricos: coisas como “sexo”, “punição” e “loucura”, que não havíamos pensado anteriormente como tenho uma história. Suas obras tratam dessas coisas como construções históricas e desse modo nos encorajam a examinar o modo como as práticas discursivas de um período, inclusive a Literatura, podem ter conformado coisas que aceitamos sem discussão. (CULLER, 1999, p. 17-18.)

Aqui eu encontro uma das possibilidades operacionais ensejadas e desejadas pelo/para o sujeito homoerótico. Foucault não dita essa “regra”, mas abre espaço para sua consideração. De mais a mais, a regra aqui não é fixa e aponta, sempre e mais, para uma dinâmica constante que não se deixa fossilizar por argumentos “legitimados” por uma tradição que se faz objeto da própria atividade crítica e teórica. Nesses termos, faz-se necessário levar em conta aspectos pouco considerados por essa tradição. Em primeiro lugar, o postulado de coerência interna do modelo teórico, segundo o qual uma “crença” expressa por um contexto dado por um especialista deve ser tomada provisoriamente, como meio de se sustentar enquanto convicção que vai se espraiar por contextos subsequentes. Esse primeiro aspecto chama a atenção para o fato de que nada, absolutamente nada, pode ser tomado como definitivo numa prática teórica que se quer séria e consistente. Isso porque os contextos vão determinando nuances e detalhes inusitados, que fazem com que essa prática seja sempre um objeto de constantes revisitações.

Em segundo lugar, o postulado da determinação histórica da terminologia utilizada, que faz com que seja possível a prevenção de rasgos de interpretação anacrônica dos próprios termos, levando o teórico a cometer disparates e proferir inverdades. Tal procedimento também deixa preparado o caminho para a atuali-
zação de sentidos dos próprios conceitos operacionais, o que faz com que “nada se perca”, numa acumulação dinâmica e renovadora desses mesmos sentidos, sem perda de consistência e relevância do trabalho teórico com eles e por eles realizado. A esse respeito, René Wellek, num ensaio sobre o conceito de crítica literária, destacou o fato de que o sentido (ou significado, numa tradução mais contextualizada com a época de produção do próprio ensaio) de uma palavra é o sentido (da mesma forma, aqui) assumido em seu próprio contexto e que lhe foi “imposto pelos usuários”. Tal fato implica reconhecer que as palavras têm sua própria história, os sujeitos percebem e assinalam seu sentido e nada disso pode ser tomado como natural. Como eu disse acima, a relatividade dessas “verdades” é absoluta e nada pode ser tomado como definitivo, sob pena da perda da própria dinâmica da “significação”, para usar um termo caro a Terry Eagleton.

Finalmente, o postulado de sincronia explicativa, apontando que, ao tratar de entender por que se professam determinadas crenças em determinadas “verdades”, o sujeito seja levado a perceber que os fatores explicativos a que recorre têm que ter estado presentes já no contexto histórico real. Em outras palavras, não se inventam conceitos do nada, não se pode propor uma linha de raciocínio teórico que não tenha sido, de alguma forma, ventilada antes. Além do mais, a Literatura vai conservando certos elementos, valores, procedimentos que se vão acumulando, da mesma forma, sua crítica e sua teoria. Portanto, mais uma vez, nada se perde, tudo se transforma, ainda que a blague não seja um princípio operacional em si mesmo aqui. Estes, em síntese, são alguns dos elementos fundamentais para constituir e sustentar, rentavelmente, o que pode ser chamado de “prática teórica”. A partir disso, sinto necessidade, agora, de fazer alguns comentários atinentes às ideias de escritura, pós-modernidade e mudança de paradigmas. Por que fazer isso? Porque sinto que, numa perspectiva de “grande temporalidade”, como postulou Bakhtin, sou
levado a revisitar essas ideias, com o intuito de não perder o ritmo de articulação constante que a teoria requer:


Percebe-se que Bakhtin pensa a cultura a partir de um conceito antropológico, no contexto do qual só se apreende o sentido de um determinado elemento cultural a partir de uma compreensão de um sistema sígnico. Sem circunscrever a proposta a esse aspecto específico de seu pensamento, é necessário considerar a natureza “textual” da memória cultural, o que faz do signo e de seu sistema uma referência operacional bastante rentável. Assim, sua noção de contexto será necessariamente mais ampla e mais rica que aquela frequentemente adotada pela crítica, cercada por um corte temporal restrito. Nessa medida, fica viabilizada a análise da interlocução entre Literatura e Homoerotismo, como um sistema sígnico da Literatura, lida pelo viés da crítica literária, a partir da hipótese de que é possível repensar seus paradigmas mínimos, considerando, é claro, toda a gama possível de interlocuções que, com ela, podem ser estabelecidas.

Os dois elementos – Literatura e Homoerotismo – funcionam aqui como os signos que operacionalizam a memória cultural que vai sendo grafada pela historiografia literária. É claro que essa passagem é aqui considerada no âmbito teórico dos Estudos Literários. Esse detalhe reembra os pressupostos da Estética da Recepção. O ponto
de fuga, sempre, é o trabalho teórico com a/da Literatura. Tudo isso vai nos remeter, quase que obrigatoriamente, à consideração do que Jauss denomina de “horizonte de expectativas”. Esse horizonte requer, portanto, uma visada menos “sincrônica” para os Estudos Literários, colocando-os na perspectiva da grande temporalidade, nos termos em que se coloca a proposta de integração de atividades de cunho eminentemente teórico aqui:

Nossa pesquisa costuma operar com base nas características da época a que pertencem os fatos literários em estudo sem distingui-las, na maioria das vezes, daquelas que se aplicam à História em geral e sem introduzir a menor análise diferencial do campo cultural, nem de sua interação com a Literatura. Tais análises demonstram, aliás, uma total ausência de metodologia. A chamada vida literária de uma época, cujo estudo se efetua sem referência ao estudo da cultura, resume-se a uma luta superficial de tendências literárias, e quando se trata dos tempos modernos (sobretudo do século XIX), o processo se resume às lutas verbais das revistas e jornais que ficaram sem grande influência sobre a Literatura da época. A intensa ação exercida pela cultura (principalmente a das camadas profundas, populares) e que determina a obra de um escritor ficou inexplorada e, muitas vezes, totalmente insuspeita. Semelhante procedimento barra o acesso à profundidade das grandes obras. A Literatura adquire ares de algo insignificante e frívolo. (BAKHTIN, Mikhail", 1992, p. 363.)

Há, nessas palavras, evidentes ecos dos estudos anteriores de Bakhtin, especialmente daqueles que tratam do conceito de dialógismo. Essa não é a mola mestra desse livro, mas coloca em cena o caráter intertextual que as leituras da memória cultural vão proporcionando ao longo do tempo. Para o crítico russo, o texto apresenta-se como uma convergência de múltiplos textos e, portanto, deve ser
estudado a partir de um corte temporal mais amplo, ao que ele se refere como grande temporalidade: uma espécie de superfície em que os elementos de uma tradição linguística e literária se atualizam e se organizam. Nessa perspectiva, a obra só pode ser compreendida ao ser libertada de sua contemporaneidade. Essa ideia faz encontrar eco na proposta de buscar no rico acervo que é a Literatura, com seus “documentos” de época, os elementos necessários à consolidação de um contexto que não apenas recupere o passado como também oriente a leitura do momento presente, aquele em que se insere tanto a obra (se for o caso) em estudo, como o contexto de leitura desse mesmo momento. As cartas, em sua “personalidade” textual compõem – com outros “gêneros” da escrita – corpus afeito a esta abordagem.

O suporte teórico, então, é inofismavelmente necessário, conditio sine qua non para que esse processo deslanche e tenha as consequências que dele se esperam. Signo, texto, intertextualidade e História são os conceitos discursivos elementares, necessários para a operacionalização da perspectiva aqui adotada: uma perspectiva teórica, acima de tudo. Eles remontam à ideia de escrita, de escritura. Não cabe dúvida de que essa noção, na tradição barthesiana, implica esforço de inovação, experimentalismo expressivo, incorporação do texto teórico/crítico ao cânone literário – seja ela ficcional, crítica ou teórica – uma boa dose de espírito progressista (no melhor dos sentidos) e um senso de atualidade, que não se esgota no jargão pós-moderno de última fornada. É claro que tais características não sobrevivem isoladas, pois requerem investigação frequente, com direito a todas as atividades correlatas: elaboração de informações acadêmicas, reiteração de procedimentos, corroboração de hipóteses, adoção de modelos de organização das proposições, etc. A isso eu posso dar o nome de “prática teórica” da/na leitura da Literatura. A “dinamicidade” historiográfica de Jauss diz presente!
Nesse conjunto de observações digressivas, penso em de Paul de Man, quando aproximado da noção de pós-modernidade. Isso é relevante aqui uma vez que o dialogismo de Bakhtin e o pensamento “escritural” de Barthes se fazem presentes, de uma maneira muito sutil no ideário pós-moderno, ainda que seus defensores mais ferrenhos não o reconheçam. Na verdade, considero como pós-moderna essa articulação, uma vez que ela traz de volta elementos fundamentais para a construção do pensamento teórico da Literatura, por um lado. Por outro lado, a ideia de criar e sustentar ilações teóricas a partir do binômio Literatura/Homoerotismo é igualmente uma “prática” que carrega em seu ideário muito da perspectiva pós-moderna, pois trafega do antigo ao novo, sem a preocupação de derrubar velhos mitos. Ademais, esse tipo de posicionamento sempre recebeu duras críticas daqueles que aceitam “aplicar” as teorias “novas” que se apresentam, simplesmente por serem novas. Estes se esquecem de que a “novidade” aparece, ainda que em certa medida, como uma reação às provocações que constantemente são feitas ao pensamento teórico.

É nesse sentido que me remeto aqui a Paul de Man, quando afirma que os teóricos da Literatura têm sempre o desejo de alinhar seu trabalho ao que está sendo produzido, enquanto Literatura de ficção, na atualidade. Eles sempre sentem, ao permanecerem fiéis a essa demanda, a ligeira intimidação que os críticos também experimentam, às vezes. Assim, caso essa situação seja aceita, sem muita dissensão, resultaria que o esforço de experimentação e busca expressa nos informes elaborados por alguns estudiosos da Literatura, nos mais diversos campos de atividade cultural, não é mera consequência de uma necessidade interna dos projetos de investigação que são desenvolvidos sob a denominação de pós-modernos. Como se isso fosse a chancela de sua relevância indiscutível e da implausibilidade de qualquer outra proposição que não atendesse aos mesmos critérios. Isso se chama imposição arbitrária.
Diante do compromisso de explorar as fronteiras entre as diversas práticas discursivas, não se trata, na verdade, de negar a importância da preparação das informações, bem como de sua difusão e transmissão, como instrumento de consolidação do dialogismo crítico-teórico necessário, como se pode deduzir das ideias de Bakhtin. Nessa etapa de produção de conhecimento, as ideias são concretizadas e organizadas; são definidas as estratégias de argumação e, em última instância, manifestam-se os mecanismos orientados para provocar um determinado efeito nos leitores: o de resgatar o papel desempenhado pela própria investigação, ou seja, o de uma prática complexa e igualmente fundante, a cada passo. Como se pode deduzir, o pensamento pós-moderno não apresenta uma novidade absoluta, a partir do nada, como se costuma vituperar por aí, quando se deseja derrubar argumentos que, por utilizarem “material ultrapassado” ou autores não canônicos, fazem desmerecer a própria proposta investigativa. Em síntese, é inegável que não se pode prescindir de determinações operacionais impostas pelo contexto, uma vez que é a partir dele, e somente assim, que se consolida a prática teórica que se quer sempre renovada e dinâmica.

Nesse sentido, cumpre ainda trazer à baila o tópico da “mudança de paradigmas”, tão decantado como responsável pela invalidação de iniciativas inusitadas, para o status quo, é claro! Essa teorização acerca das mudanças de paradigmas científicos, sempre associadas ao pensamento de Thomas S. Kuhn, se propõe a explicar esse fenômeno. Convém destacar que os estudos de Kuhn não apenas têm colocado em questão a posição da teoria científica concebida tradicionalmente como independente e neutra – enquanto problema ligado aos valores assumidos –, como também propiciaram o desenvolvimento de um instrumental mais preciso para dar conta dos trabalhos mais particularizados, principalmente no campo das Ciências Humanas:
En la postura kuhniana, un concepto central es el de “ciencia normal”. Por él se entiende la labor de los científicos que se ocupan, de ordinario, en tres clases de actividades: la determinación de hechos significativos, la puesta em relación de dichos hechos con la teoría y la articulación en sí de la teoría. (ALTAMIRANDA, 2001, v.1, p. 17.)

A contribuição de Kuhn é relevante, uma vez que ela vai sustentar a hipótese de que é possível, senão preciso, necessário mesmo, uma mudança constante de paradigmas. Diria mais: sem essa modificação dinâmica e regular, não haveria como desenvolver propostas de investigação de cunho teórico, pois apenas a experimentação concreta não é capaz de dar conta de todas as possibilidades de interpretação disponíveis a cada passo. Na linguagem cotidiana, um paradigma pode ser tomado como modelo operacional, como, por exemplo, os verbos em uma língua. Para Kuhn, os “saltos” científicos – frutos do desenvolvimento da própria ciência, qualquer que seja ela – têm uma performance análoga: uma “descoberta” científica particular (para usar uma linguagem mais tradicionalmente usada pelas ciências exatas e/ou biológicas) constitui um “paradigma” – ainda que momentâneo – para abordar e resolver problemas similares. Sem dúvida, o termo foi cunhado com uma marca que explicita um conceito ambíguo.

De qualquer maneira, tomando como referência uma versão mais sintética do processo de construção conceitual, o paradigma pode apresentar, no mínimo, dois valores: um de caráter sociológico, enquanto designação de uma “constelação de crenças”, valores, técnicas, etc., que são compartilhadas entre os membros de uma comunidade dada – nesse sentido, seria uma construção ideológica; e um de caráter técnico, quando se refere às realizações científicas universalmente reconhecidas durante certo tempo, proporcionando modelos de problemas e soluções para uma comunidade, a que me interessa mais de perto aqui.
São muito variadas as possibilidades de articulação do pensamento de Thomas Kuhn no âmbito da Teoria da Literatura. Um dos “fundadores” da Estética da Recepção alemã, Hans Robert Jauss, por exemplo, exercita uma dessas possibilidades para caracterizar seu próprio trabalho como uma troca de paradigma nos Estudos Literários, reconhecendo como paradigmas dominantes na tradição da modernidade o historicismo neopositivista e a análise formalista de textos. Pode parecer anacrônica e contraditória essa observação, mas o que dela resulta eficaz para meu raciocínio é a ideia de que a Estética da Recepção preza, entre outras coisas, a prática da relativização dos paradigmas, como uma forma de combater o espírito neopositivista de que Jauss fala. Esse “espírito” prevaleceu, como ele mesmo argumenta, na prática teórica dos Estudos Literários, na segunda metade do século XX, ainda que a “pós-modernidade” já tivesse sido entronizada como a nova “chave do reino”.

Em outras palavras, posicionamentos como o de Jauss reiteram a veracidade da constatação de que um paradigma não se constitui “naturalmente”, como se fosse dotado de uma essência imanente. Pelo contrário, ele é construído a cada passo, o que faz com que o contexto retome o seu lugar de fundamentalidade no processo mesmo dessa construção. Por outro lado, esse mesmo raciocínio faz lembrar do papel do leitor no meio disso tudo, ou seja, não mais se considera um sentido a priori, mas aquele que vai sendo construído a cada “ato de leitura”, como um “efeito de real” que os textos oferecem aos olhos desse leitor. Assim se constroem (também) os paradigmas, por isso as ideias de Kuhn ainda são relevantes, mesmo que muitos não o queiram admitir. Sem dúvida, o modelo “combinado” de Kuhn é um instrumento que permite organizar internamente os componentes das diversas manifestações que a especulação teórica tem adotado nos Estudos Literários. Disso, ninguém pode abrir mão:
a Camille Paglia, completa-se o quadro de referências que aponta para a sexualidade como o operador implícito da teorização a que o ensaio vai se dedicar, a partir da análise crítica de passagens selecionadas, *comme il faut*.

Pela ausência de formulações praticáveis sobre o espectro do homoerotismo masculino, a Teoria da Literatura tem subscrito, com poucas exceções, um de dois pressupostos: ou bem a literatura se faz porta-voz de discursos identitários, sejam eles *gays* e/ou *lésbicos*, no sentido de manutenção de uma “intenção” transhistórica e uma identidade essencial de interesses (por exemplo, romper com os estereótipos sexuais); ou bem a homossexualidade é um epítome, uma “personificação”, um efeito ou mesmo uma temática a ser discutida, inclusive, na perspectiva teórica que pode marcar a leitura de qualquer obra literária. Acredito que nenhum desses pressupostos, por si só, seja sustentável ou mesmo verdadeiro. Em especial, porque o presente estudo discute um *continuum*, uma congruência estrutural potencial, e uma relação (deslocada) de significação entre as relações homoeróticas ensejadas na/pela literatura. Tudo isto porque, antes de tudo, o que se coloca em questão, ainda que, às vezes, implicitamente, articula o exercício teórico a uma prática discursiva que se enreda no desejo humano:

Lo que define el deseo humano, a diferencia de la necesidad, es que, al intervenir el lenguaje, la habilidad del el arrelación con el objeto de satisfacción se funda en la relación simbólica, mediante la cual el sujeto lo hace significativo para sí: desde que nace, el ser humano tiene necesidades que serán leídas desde el exterior en términos de lenguaje. Lo característico del lenguaje, es decir, del orden simbólico, es que algo puede ser sustituido por otra cosa, no hay valores fijos. El lenguaje subvierte la ley natural – la necesidad – porque los signos adquieren su valor en la relación que establecen los unos con los otros y no de la correlación fija
con larealidad que significan. (MORENO; BARRIENTOS, 1995-1996, p. 34.)

A ordem do simbólico, aqui aventada, abre espaço para uma leitura dos significantes ligados à sexualidade dos missivistas, como sujeitos das cartas. Daí o conceito de negociação ser tão interessante, pois extrapola a articulação de um discurso crítico vinculado à História, libertando a narrativa de sua discursividade quase documental. A sua discursividade reflete, isto sim, os desejos de um sujeito “perdido” num contexto histórico-cultural adverso, fazendo-o procurar um espaço adequado à realização, não só de suas fantasias, como também da constituição de sua identidade. Esta é a lição teórica que o trabalho de Leonardo Mendes lega a seus leitores. Esse legado contribui para a abordagem da correspondência entre Alberto de Oliveira e António Nobre, como apresento aqui. Esta é a perspectiva crítico-interpretativa, a partir da qual o ensaio demonstra, ainda que não tenha sido este o seu desejo primeiro e imediato, como o olhar homoerótico pode instrumentalizar a discursividade crítica de um romance sempre lido como um exemplo ficcionalizado das patologias a que o Naturalismo se dedicou com tanto afinco. Esta dobra teórica é o que percebo como sendo a contribuição superior da possível e desejada (re)construção da Teoria da Literatura.

Isso faz pensar numa outra perspectiva que articula Literatura e, por via de consequência, sua prática crítica e teórica: as relações patriarcais masculinas que oprimem as mulheres. Faz-se necessário salientar e deixar bem claro que não se trata de ter como pressuposto indiscutível que o poder patriarcal seja primária ou necessariamente homossexual (como algo distinto do homossocial). Também não é factível afirmar que o desejo homossexual masculino estabeleça uma relação primária ou necessária com a misoginia. Vale dizer, não se trata de afirmar que o patriarcalismo, em seu contexto, seria a representação cultural, política e/ou ideológica do que hoje se conhece
como homoerotismo, pura e simplesmente. A questão é um tanto mais complexa. No entanto, há traços de uma articulação possível dessas duas “categorías”, ainda que não seja para simplesmente utilizar uma pela outra, ou pior, substituir uma pela outra. Qualquer desses argumentos seria homofóbico e, acredito, inadequado.

Uma das possibilidades de testar esse tipo de argumentação é colocá-lo sob a perspectiva de uma leitura de segundo grau, em que o aparente se torna opaco, para fazer aparecer o substrato “escondido”. Quanto à homossociabilidade, o fato é que muitos exemplos podem ser dados, uma vez que a cultura androcêntrica heterossexista se apóia numa instrumentalidade patriarcalista de leitura, oferecendo interpretações que podem, até, ser equivocadas. Isso porque o interesse homossocial não deixa entrever senão o status quo das relações entre pessoas do mesmo sexo. Se a essas mesmas relações se dirigir o olhar homoerótico, outra possibilidade, no mínimo, tende a se revelar.

O olhar homoerótico, no sentido que pode ser percebido a partir das ideias de Eve Kosofsky Segdwick, deixa de ser um conceito excludente, para se transformar num operador de leitura a mais. Criando laços de interlocução discursiva entre sujeitos de mesmo gênero, o homoerotismo é viabilizado por um pacto que explicita o posicionamento masculino no final do século XIX, como algo que se pressupõe seguro, mas que, na verdade, não deixa de ser um índice de insegurança desse mesmo sujeito de gênero masculino.

Paralela e simultaneamente, pressente-se nesse discurso ficcional finissecular uma aparente divulgação de ideias que sobrevalorizam o papel feminino na constituição social da Modernidade, em sua aurora. Assim, as cartas também podem ser objeto de uma leitura que tenta, não apenas reverter um quadro fixado pela tradição, mas expor esse quadro a outro olhar que, no mínimo, relativize posições antes tidas como seguras, tranquilas e hegemonicamente consolida-das. É nessa perspectiva que evoco aqui o quadro pintado por Peter
Gay, quando fala da “experiência burguesa” no Ocidente finissecular. Ele fala de certo medo que acomete o sujeito masculino, diante das investidas femininas sobre um mundo antes hegemônico tranquil e equilibrado. O medo que o homem sente da mulher é tão antigo quanto a História, mas foi só no “século burguês” – essa expressão de Peter Gay generaliza os acontecimentos e transformações de toda ordem, ocorr dos sobremaneira durante o século XIX, que ele se transformou num tema proeminente nos romances populares e tratados médicos. A demonstração aberta e crescente que a mulher fazia de seu poder parecia ser a contrapartida pública do poder que os homens exerciam privadamente, com uma ansiedade cada vez maior, na segunda metade do século XIX. A atitude defensiva dos homens tornou-se ainda mais aguda porque o avanço feminino, fechando o cerco à volta deles, era uma tentativa de recuperar o terreno perdido. Esse termo é considerado, por exemplo, por Jaime de Lima S. Oliveira, em sua dissertação intitulada António Nobre e a Introversão.

Nobre teria sido também um introvertido. Ele era do tipo de sujeito que sacrificava a si mesmo, independentemente de necessidade, situação, motivo. Exigia mesmo nas amizades, como foi com Alberto de Oliveira, total adaptação de quem dele se aproximasse. A ruptura da amizade entre os dois pode ter, neste argumento, uma explicação plausível. Acredito que Alberto percebeu este traço e resolveu atender-se ao papel de sujeito compreensivo até o limite. Certa feita, em carta escrita ao irmão, António Nobre que este não lhe escreva mais em papel tarjado. Isso segundo o poeta, era mais que incômodo “enervante”. Este detalhe, ligado ao fato de seu prazer em fazer-se isolado – demonstração de inadaptação extensiva a quem dele se aproximasse – constitui outro argumento em favor da hipótese de “inversão”, de acordo com o estudioso português. Neste sentido, o caráter romântico de sua poesia ganha consistência e a idiossincrasia que aponta para a referida inversão ganha igual consistência.
Trabalho “datado” (1955), o texto apresenta hipótese instigante sobre a falência dos noivados de António Nobre. O autor atribui o fracasso ao mecanismo inconsciente da “inversão”. A hipótese, mesmo que discutível, procede. Ela é a ponte necessária para alcançar o diapasão homossocial do pacto celebrado entre Alberto de Oliveira e António, e que são instrumento as cartas trocadas entre eles. Neste sentido, as ideias de Peter Gay encontram eco aqui.

Um dos instrumentos favoritos de autodefesa masculina era o desgastado, embora infatigável, clichê sobre a mulher como o sexo misterioso. Como outros chavões modernos, também esse tinha raízes na Antiguidade, e através dos séculos fora reforçado pelos mesmos traços que o homem primeiro estimulou na mulher, para depois declarar sua total impossibilidade de compreendê-los. Atribuindo à mulher um caráter confuso e contraditório, o homem descobriu surpresa, que ela era a um só tempo tímida e ameaçadora, desejável e assustadora. Com o papel tradicional da mulher submetido a forte pressão, os homens do século XIX entregaram-se a essa atividade de maneira mais livre e mais desesperada do que antes.

A ardilosa realidade da condição feminina confrontou muitos homens da classe média – e muitas mulheres também – com a necessidade de classificar atitudes, de pôr preconceitos à prova, de tomar decisões. A auto-percepção do homem estava em jogo. Os sentimentos exasperados que essa situação provocou, e as numerosas controvérsias que ela gerou, só podem deixar atônitos aqueles que não conseguem perceber a preponderante parcela de sentimentos ocultos, existente na criação de atitudes sociais e ideologias políticas.

As leis e os hábitos sociais que governavam as relações entre os sexos no século XIX exemplificavam e exacerbavam a incerteza e o desconforto reinantes na cultura burguesa. Na verdade, os costumes aceitos por essa cultura, apesar de exibirem uma vitalidade espantosa, demonstram estar bem aquém da imortalidade. Ideias, ideais e relacionamentos, inalterados desde tempos imemoriais,
eram vulneráveis a ataques e estavam abertos a correções. A esse respeito, à confusão gerada na então inalterada segurança masculina, opõe-se uma situação desagradável de temor:

A mulher, criada por Deus para ser gentil e amável, tornara-se enorme, dona de fortes punhos e garras afiadas, capaz de derrubar o homem e deixá-lo estatelado. O pequeno menino escondido no homem do século XIX olhava para sua poderosa e imprevisível mamãe e tinha medo. A mulher vista como vampiro; o homem, como sua vítima, tal era, senão o consenso geral, pelo menos uma tendência bastante forte nos sentimentos dos homens franceses no século XIX. (GAY, 1988, p. 144.)

É claro que esse sentimento generalizado de que a virilidade estava em perigo constitui o outro lado da moeda da conhecida ficção de que a mulher é desprovida de qualquer apetite sexual: a ficção agora toma a forma de uma reação, tão avassaladora quanto inconsciente. A formação de reações faz parte do arsenal de defesas psicológicas que Sigmund Freud foi o primeiro a descobrir e a descrever: são manobras do inconsciente que convertem pensamentos proibidos ou horripilantes em seus opostos; o sadismo se transforma em pacifismo, o medo de efeminação, numa ostentação do machismo.

A sexualidade, em sua peculiaridade, nesse contexto, não é colocada em jogo, pelo menos de maneira explícita, no romance. Na mesma medida, na minha proposta de leitura, essa peculiaridade também não é ressaltada, ainda que possa vir a sê-lo. De qualquer modo, é interessante notar a força dessa imagem obsessiva da mulher perigosa, como demonstra Peter Gay, o que não deixa de ser explícito no texto de algumas cartas de António Nobre. É claro que o matiz da sexualidade não está explícito nessa passagem, no entanto, ela ilustra muito bem o correlato temor experimentado pelo homem. Exemplo disso pode ser encontrado no romance Senhora,
de José de Alencar. Tome-se aqui, a título de ilustração, o que ocor-
re com a “inversão de papéis” que marca a performance do casal
protagonista. Fernando Seixas se sente “humilhado” diante do olhar
marcado pela “rispidez do gesto sempre harmonioso” da mulher de
quem virá a ser o marido, ainda que não tenha sido ele a propor o
casamento e, nem ao menos, tenha sido aquele que procurou pela
mulher para cumprir o ritual social que a motivação sexual tão na-
turalmente acompanha no contexto do fim do século. A “denegação”
da sexualidade feminina emerge como uma profecia que por si só
se realiza, trêmula e angustiada. Negar à mulher os desejos eró-
ticos naturais equivalia a resguardar a adequação sexual do homem.
Qualquer que fosse seu desempenho, seria suficiente.

Tenho consciência de que esses pequenos apontamentos não dão
conta do amplo quadro que essa proposta de releitura esboça. Por
uma questão de conveniência, destaquei alguns deles para dar conta
de, ao menos, apresentar o quadro geral desse exercício de leitu-
ra. No entanto, não posso deixar de reafirmar a pertinência dessa
perspectiva, uma vez que a sexualidade, por um lado, é elemento
tópico essencial na economia ficcional do Romantismo. Por outro
lado, a cultura finissecular é obsessivamente marcada pela suprema-
cia do masculino, o que faz com que o leitor caia na armadilha da
superficialidade discursiva do romance romântico, em sua estratégia
de (aparentemente) conceder à mulher um lugar e um papel que,
definitivamente, apenas correspondem às exigências do modelo pa-
triarcal. Por outro lado, com a incidência, na leitura do romance, do
olhar homoerótico, pode-se perceber nuances que escapam a esse
modelo e que emolduram outro horizonte de expectativas, próprio
e interessante para o leitor que opera na perspectiva do referido
olhar homoerótico.

É claro que não estou “denegando” essa possibilidade, nem es-
vaziando o consistente valor do processo de consolidação do poder
que o feminino vai assumindo nesse quadro de referência cultural.
No entanto, o que não pode ser eliminado é o ponto de fuga da questão, ou seja, a evidência de que um discurso articulado pela leitura enfocada pelo olhar homoerótico do leitor atual, que faz com que um colorido diferente seja percebido no mesmo texto, de leitura já consagrada. Isso porque, partilhado pelos “homens românticos” – sejam eles autor, narrador e /ou personagem –, o olhar que busca elementos para a articulação do referido discurso é a chave de leitura da proposta, e sua consistência é inegável, uma vez que os parâmetros da masculinidade são uma estratégia essencial do Romantismo – e do Naturalismo também! – enquanto estética, no sentido que este termo sustenta, na perspectiva do pensamento de Michel Foucault. Assim, a meu ver, fica celebrada, mais uma vez, a comunhão interlocutória entre os Estudos Literários e os Estudos Culturais. Ainda que nunca separados e/ou separáveis, hoje eles se voltam para uma aparente dicotomia em nada incontornável, uma vez que a interlocução “essencial” se faz pelo exercício de leitura e pela utilização de operadores de leitura cada vez mais diferenciados e, por isso mesmo, instigantes. Mas isso já é outra história!

Sem dúvida, a homofobia dirigida aos homens contra os homens é misógina, e talvez essa seja uma associação transhistórica. Por “misógino” estou entendendo, aqui, não apenas a opressão ao que se chama de feminino nos homens, mas também o que é opressivo para as mulheres. O maior potencial de confusão pode ser encontrado nesse “detalhe”. Devido ao fato de que a “homosexualidade” e a “homofobia” são – para qualquer um que deseje trabalhar com essas categorias – construções históricas, e devido ao fato de que parece haver uma preocupação intensa na articulação das duas em qualquer discurso crítico e/ou teórico, fica parecendo que o homoerotismo (como conceito operacional) leva a acreditar que não é possível desvencilhar os posicionamentos tradicionais dos estudos de gênero de qualquer tentativa de renovação. Isso é um equívoco: não se trata de separar definitivamente uma coisa da outra, mas de
tentar um elo de articulação discursiva que ultrapasse os limites sociológicos e/ou antropológicos de que os estudos de gênero podem se fazer “presas” fáceis. Não se trata também de mera transposição de uma categoria por outra. Enfim, no lugar de falar em feminismo, falar-se-ia em masculinidade. Essa é uma possibilidade plausível, mas não cabível aqui e agora.

O fato é que toda essa investigação tem como ponto fulcral a tentativa de estabelecimento de novos parâmetros para uma teorização acerca da Literatura, a partir da ideia de que há espaço para a operacionalização de um olhar homoerótico na leitura da ficção. Assim não fosse, o modelo feminista de apreciação do male homosocial desire, segundo Sedgwick, desenha um novo mapa para as relações de sentido que essa visada proporciona. Esse mapa tem como perímetro, não os pressupostos da teoria feminista que (ainda que num sentido revolucionário de crítica, de reação) tomava o masculino como marco zero para estabelecer uma diferença, mas, numa outra direção, parte das relações “entre iguais” para tentar estabelecer as bases de um outro olhar (enviesado às vezes, mas instigante e sedutor); olhar que vai se voltar para um modelo inexistente na tradição, mas latente na produção cultural que essa mesma tradição legítima e institucionaliza. A repressão ao desejo homossexual em um homem é tão nefasta quanto a opressão do feminino, em suas potencialidades. O emprego psicanalítico dessa percepção, sem dúvida, tem sido dirigido e considerado, não contra a homofobia e sua força esquizofrênica, mas contra a homossexualidade – contra os homossexuais –, a favor de uma associação entre “homossexualidade” e enfermidade mental.

Essas considerações levam a supor que o pensamento ocidental, de maneira generalizada, trabalha a partir de dicotomias e/ou binarismos que, às vezes, não dão conta de articular os discursos que a cultura produz. Na sua representação literária, esses discursos ainda são submetidos a uma espécie de perversão de segundo grau,
dado que a instância do narrador é quem vai interferir diretamente na sua elocução narrativo-ficcional. Depois dele, a personagem acompanha o mesmo movimento, fazendo aumentar a espessura de opacidade do “verdadeiro” sentido do discurso explicitado no/pelo texto. Em outras palavras, a literatura colabora para a manutenção de uma outra hipótese: ainda que seja possível pensar binariamente, tal posicionamento não deve restringir-se a recusar sumariamente outra(s) possibilidade(s) de análise e/ou crítica. Tal flexibilidade cria e mantém um espaço interessante para as teorizações que a partir de tais binarismos possam vir a ser construídas. Parece haver, enfim, uma contribuição da perspectiva que celebra o desconstrutivismo, como prática hermenêutica competente, em se tratando de uma cultura multifacetada como a atual:

It is an achievement of deconstruction to show the limitations of binary logic in theory and its often pernicious effects in practice; to show how binaries, far from being eternal necessities of cultural organization, or essential, unavoidable attributes of human thought, are unstable constructs whose antithetical terms presuppose, and can therefore be used against each other. Meaning becomes an effect of difference and deferral. Because its terms are vulnerable to inversion and its structure (via inversion) to displacement, the continued existence of the binary is never guaranteed; it has to be maintained, often in and through struggles over representation. In particular, the terms of the dominant/subordinate binary never denote homogeneous static blocs; the dominant is only ever the more powerful and (possibly) repressive side of a shifting relationship or series of relationship, which interconnect, often asymmetrically. Thus, any individual typically occupies diverse subject positions, some of which may be dominant, some subordinate. All this is crucial for a study like this one, concerned as it is with several of the binaries which powerfully


ÍNDICE REMISSIVO

A
Allen, Dennis, 97, 98, 99, 181
Altamiranda, Daniel, 57, 59, 60, 62, 73, 74, 75, 94, 181
Amorós, Celia, 96, 181
Arnaut, Ana Paula dos Santos Duarte Arnaut, 2, 11
Assis, Machado de, 34, 83, 84, 125

B
Bakhtin, Mikhail, 70, 71, 72, 73
Barbosa, João Alexandre, 43, 182
Barcellos, José Carlos, 109, 110, 182
Barrientos, Jorge Gimenez, 111, 191
Barthes, Roland, 58, 72, 152, 153, 161, 165, 182
Biografia, 13, 26, 27, 41, 81, 136, 144, 147, 151, 179
Boswell, John, 51, 183
Bourdieu, Pierre, 37, 38, 49, 103, 183
Bremmer, J., 29, 30, 31, 183

C
Cartas, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 40, 42, 46, 54, 55, 59, 61, 72, 87, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 190, 194
Castilho, Guilherme de, 8, 21, 28, 29, 35, 131, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 158, 178, 184
Cláudio, Mário, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19,
<table>
<thead>
<tr>
<th>Name</th>
<th>Pages</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Foucault, Michel</td>
<td>20, 29, 30, 31, 34, 36, 39, 41, 42, 43, 50, 51, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 81, 111, 115, 124, 126, 140, 158, 185, 186, 190</td>
</tr>
<tr>
<td>Freud, Sigmund</td>
<td>17, 18, 19, 26, 29, 32, 33, 35, 45, 81, 101, 114, 123, 139, 146, 154, 155, 156, 158, 160, 162, 169, 174, 185, 187, 189</td>
</tr>
<tr>
<td>Gadamer, Hans Georg</td>
<td>58, 97, 100, 101, 187</td>
</tr>
<tr>
<td>Gay, Peter</td>
<td>16, 112, 113, 114, 167, 187</td>
</tr>
<tr>
<td>Gisel, Pierre</td>
<td>96, 187</td>
</tr>
<tr>
<td>Gomes, Manuel Teixeira</td>
<td>140, 141, 148, 188</td>
</tr>
<tr>
<td>Heidegger, Martin</td>
<td>56, 91, 188, 192</td>
</tr>
<tr>
<td>História</td>
<td>55, 58, 59, 65, 67, 69, 71, 72, 75, 78, 79, 80, 84, 85, 93, 96, 97, 98, 102, 106, 111, 113, 120, 125, 137, 158, 167, 172, 179, 182, 188, 189, 193</td>
</tr>
<tr>
<td>Homossociabilidade</td>
<td>14, 16, 23, 35, 36, 84, 93, 94, 98, 99, 112, 118, 119, 121, 125, 163, 175</td>
</tr>
<tr>
<td>Husserl, Edmund</td>
<td>56</td>
</tr>
<tr>
<td>Iser, Wolfgang</td>
<td>9, 13, 40, 56, 132, 188</td>
</tr>
<tr>
<td>Jauss, Hans Robert</td>
<td>7, 36, 54, 55, 58, 71, 72, 74, 121, 189</td>
</tr>
<tr>
<td>Jobim, José Luiz</td>
<td>83, 84, 87, 88, 90, 189</td>
</tr>
<tr>
<td>Jonathan Dollimore</td>
<td>22, 62, 116, 185</td>
</tr>
<tr>
<td>Jouve, Vincent</td>
<td>8, 189</td>
</tr>
<tr>
<td>Kahl, Maria Luíza Furtado</td>
<td>119, 189</td>
</tr>
<tr>
<td>Kristeva, Julia</td>
<td>76</td>
</tr>
<tr>
<td>Lacan, Jacques</td>
<td>36, 51, 101, 139, 146</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Versão integral disponível em digitalis.uc.pt
<table>
<thead>
<tr>
<th>Name</th>
<th>Pages</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lanson, Gustave, 76</td>
<td>34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 46, 52, 55, 61, 66, 95, 97, 98, 100, 102, 104, 107, 112, 113, 120, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157</td>
</tr>
<tr>
<td>Liebert, R., 29, 30, 31, 32, 190</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lima, Luiz Costa, 6, 7, 189, 190</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Literatura Comparada, 54, 58, 178, 184, 193</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lopes, Óscar, 137, 138, 190</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lourenço, Frederico, 120, 137</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Louro, Guacira Lopes, 12, 190</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Man, Paul de, 13, 132, 185</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Martocq, Bernard, 138, 139</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Mendes, Leonardo, 108, 109, 110, 112, 191</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Moreno, 111, 191</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nobre, António, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 44, 46, 52, 55, 61, 66, 95, 97, 100, 102, 104, 105, 107, 112, 113, 114, 102, 128, 130 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 191, 192</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Oliveira, Alberto de, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 41, 42, 43, 45, 48, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 75, 84, 87, 93, 94, 95, 97, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 128, 130 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

M

Man, Paul de, 13, 132, 185
Martocq, Bernard, 138, 139
Mendes, Leonardo, 108, 109, 110, 112, 191
Moreno, 111, 191

N

Nobre, António, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 44, 46, 52, 55, 61, 66, 95, 97, 100, 102, 104, 105, 107, 112, 113, 114, 102, 128, 130 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 191, 192

O

Oliveira, Alberto de, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 41, 42, 43, 45, 48, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 75, 84, 87, 93, 94, 95, 97, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 128, 130 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

P

Popp, Wolfgang, 98, 100, 192
Psicanálise, 33, 47, 54, 77, 101, 102, 120, 154, 156, 157, 169, 173, 183, 187

R

Reis, Carlos, 50, 51, 76, 192
Roy, Suzanne, 9, 134, 193

S

Saraiva, António José, 137, 138, 190
Sexualidade, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 41, 42, 43, 45, 48, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 75, 84, 87, 93, 94, 95, 97, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 128, 130 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 191, 192
110, 111, 114, 117, 122, 123, 126, 140, 156, 157, 159, 160, 183, 186, 187, 190-191, 193, 194

T
Tadié, Jean Yves, 162, 194
Teoria da Literatura, 11, 40, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 64, 68, 69, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 107, 108, 110, 111, 112, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 178, 186, 190 194
Terry Eagleton, 42, 44, 48, 50, 55, 57, 58, 70, 83, 84, 86, 122, 186

V
Valverde, Maria de Fátima, 134, 135, 194
Vouga, Vera, 146, 147

Z
Zilberman, Regina, 55, 195